GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 23 fevereiro/19

ESPAÇO ASSOCIADO
Carlos Ormonde
na vanguarda do
mercado das flores

PÁGINA 3

PROJETOS EXEMPLARES
Mais conforto
e segurança
para os idosos

PÁGINA 6

PÁGINA 7

PROJETO "CULTIVAR & COOPERAR"

AÇORES E CABO VERDE PARTILHAM EXPERIÊNCIAS NA ÁREA DA AGRICULTURA

PRORURAL+

PORTUGAL
2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas zonas rurais

FÁTIMA AMORIM
Vice-Presidente do Conselho
de Administração da GRATER

ditorial

A importância da PAC pós-2020

Começamos mais um ano e com o novo ano chega uma nova publicação de "Olhar o Mundo Rural".

Pretendemos nesta edição abordar aspetos relacionados com a PAC pós 2020, com o projeto de cooperação com Cabo Verde, "Cultivar & Cooperar", assim como dar a conhecer alguns dos investimentos apoiados pelo PRORURAL+ (LEADER/DLBC) e que muito têm contribuído para criação de emprego e para a melhoria das condições de vida no território de intervenção da GRATER.

Vários são os desafios que a Europa tem de enfrentar no período 2021/2027, nomeadamente os relacionados com as alterações climáticas, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e de Segurança Alimentar.

A Comissão Europeia definiu nove objetivos estratégicos a serem concretizados através da futura PAC: resiliência; competitividade; posição dos agricultores na cadeia alimentar; mitigação das alterações climáticas; desenvolvimento sustentável; proteção da biodiversidade; jovens agricultores; promoção do desenvolvimento rural e segurança alimentar.

É com satisfação que a GRATER verifica que é proposto no mínimo 5% da dotação do desenvolvimento rural para o LEADER, por continuar a defender que ainda existe muita a fazer nas zonas rurais de forma a contribuir para o seu desenvolvimento sustentável e equilibrado, contrariando a desertificação que muitas vezes se verifica em alguns desses territórios. Neste sentido os Grupos de Ação Local pela proximidade que têm com a população das zonas rurais, desempenham um papel fundamental no contributo que podem continuar a dar para esse desenvolvimento.

Em nosso entender, a PAC continua a ser um instrumento fundamental para a coesão social e para o desenvolvimento económico das zonas rurais, sendo assim muito é o trabalho que temos de continuar a desenvolver neste período de negociação das propostas legislativas, e a GRATER tem-no feito junto dos Eurodeputados; na Federação Minha Terra, que enquanto Presidente da ELARD tem tido um papel fundamental na defesa do futuro LEADER/DLBC e, com o Governo dos Açores, que demonstrou a sua preocupação sobre o futuro do desenvolvimento rural.

Outro aspeto a destacar nesta edição é o projeto de cooperação "Cultivar e Cooperar", neste sentido a GRATER definiu entre os projetos de cooperação como sendo o prioritário, por direcionar a sua ação para um setor fundamental para a economia dos Açores, o setor agrícola.

Destacamos ainda nesta edição o investimento realizado por dois dos nossos beneficiários, Bignotto Nunes, Lda e Santa Casa da Misericórdia de Santra Cruz da Graciosa, permitindo respetivamente melhorar as condições de prestação de serviços de estomatologia e de enfermagem aos idosos nas ilhas Terceira e Graciosa.

Por último a entrevista ao nosso associado Eng.º Carlos Ormonde permite verificar com tem sido importante o apoio no âmbito do LEADER para o desenvolvimento do seu negócio.

Com o início de um novo ano a GRATER deseja a todos os seus associados e população em geral um excelente ano de 2019.

Curiosidades... ...do mundo rural

Hoje é dia deles

É a primeira das quatro quintas-feiras festivas antes da celebração do Carnaval: Dia dos Amigos, Dia das Amigas, Dia dos Compadres e Dia das Comadres. Na Graciosa e na Terceira, não faltam motivos para festejar antes das reais celebrações carnavalescas.

Os sociólogos dizem que há bases históricas e sociológicas para estes encontros. O Carnaval e as semanas que o antecedem aparecem no calendário, claro está, antes de Páscoa e da Quaresma, período religiosamente vocacionado para o jejum e para as restrições. Ora, as semanas anteriores, portanto, eram e são semanas de excessos.

Nos últimos anos, as celebrações das relações de amizade e entre compadres – relações quase familiares e importante nas ilhas – têm vindo a ganhar cada vez mais adeptos e contornos diferentes. Toda a gente sai à rua, independentemente da idade, para juntar-se à mesa de um restaurante ou onde a noite quiser, em reuniões onde reina a boa disposição e o desregramento. Os assaltos de Carnaval, em casas particulares, por seu turno, acontecem com cada vez menos frequência.

O certo é que hoje é o dia deles. Para a semana, festejam elas.

Carlos Ormonde, sócio da Floriazoris

Marcar espaço no mercado das flores

Carlos Ormonde é, há quase dez anos, associado da GRATER. É sócio da Floriazoris, nome incontornável na ilha Terceira. A empresa tem vindo a crescer de forma sustentada e dispõe, já, de dois Garden Centers, quatro lojas e uma equipa considerável, responsável por levar o negócio avante – à Holanda, por exemplo, para onde continua a exportar.

É talvez uma das empresas de produção e comercialização de plantas com maior reconhecimento na Terceira. As lojas abertas em toda a ilha dão-lhe um rosto – se é preciso oferecer uma flor, ajustar um jardim, preencher um vaso, é provavelmente à porta da Floriazoris que os clientes vão bater.

Nasceu em 1997. Carlos Ormonde, licenciado em Engenharia Agrícola, lançou-se no mercado com uma plantação de 1 250 metros quadrados de antúrios. O sucesso dessa primeira experiência multiplicou-se: a área de produção estendeu-se em mais 2 100 metros quadrados e foram criadas áreas experimentais de produção de próteas – primeiro 1000 metros quadrados, depois 12.000 metros quadrados, 35.000 metros quadrados e por aí fora.

Quase todas as flores encontravam o seu espaço no mercado internacional, sobretudo holandês. Até que o panorama das exportações se alterou, nomeadamente na compra dos antúrios, e foi preciso encontrar outras respostas para todas as produções da Floriazoris.

É no seguimento dessa mudança no mercado, conjugada com a aposta nas próteas, que aparece o primeiro espaço comercial da empresa, na Rua de São João. Depois, em 2006, abre portas o Garden Center, na Canada dos Folhados, um espaço de maior dimensão, com uma zona de exposição importante e uma zona de frio de dimensão considerável. Seguem-se as lojas do Guarita da Terra do Pão, e Continente de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

“Tudo isto acontece na perspetiva do aumento do escoamento. Nós começámos a produzir muita coisa que não podia ser exportada e precisámos de criar canais, aqui, para escoar aquilo que tínhamos”,

explicou o proprietário.

Se o primeiro Garden Center permitiu intensificar e diversificar a produção, o segundo, na Fonte do Bastardo, mais ainda. Inaugurado em 2015, o complexo de estufas – que vieram juntar-se às que a empresa já tinha – e os 7 000 metros quadrados de cultivo de flores ao ar livre, oferecem hoje uma multiplicidade de plantas: lírios, antúrios, tulipas, orquídeas, próteas (seis variedades)... Os números, anualmente, distribuem-se assim: 200.000 hastes de próteas e antúrios, cerca de 35.000 de diversas, 30.000 plantas sazonais e 5.000 vasos de plantas perenes.

É uma produção importante num setor que Carlos Ormonde classifica de “delicado”. “Para já, é delicado do ponto de vista do conhecimento; depois, é volátil, está muito ligado às tendências. Imagine: num ano podem estar na moda as gerberas cor-de-rosa e, no ano a seguir, essa cor deixa de ser usada... Tudo isso tem de ser ponderado”, avançou.

Neste contexto, é claro que a Floriazoris sentiu a crise e a recessão dos mercados, por volta de 2010. Por isso, foi preciso voltar a diversificar as respostas e os serviços

oferecidos aos clientes, sobretudo aos da ilha Terceira. “Este setor é muito sensível à flutuação dos ciclos económicos – as flores não são bem essenciais. Para superarmos a crise tivemos de encontrar alternativas, no caso, a jardinagem e as plantas ornamentais envasadas. De repente apercebemo-nos que muitos dos nossos clientes nos pediam opiniões sobre como tratar das suas plantas e dos seus jardins. Iniciámos esse serviço e te-

mos uma carteira de cerca de 100 clientes com jardins em manutenção”, avançou.

A Floriazoris exporta hoje para quase todas as ilhas do arquipélago, mas também para o continente e para a Holanda, o principal receptor das próteas. O caminho foi sendo construído passo a passo, de forma sustentada e com atenção aos apoios ao investimento disponíveis. A GRATER, entende Carlos Ormonde, tem sido um parceiro importante nessa caminhada.

“Quase desde o início, fomos concorrendo aos avisos de apoio, desde o LEADER. Entretanto, somos associados há cerca de dez anos. Sempre encarei e elogiei estes programas pela proximidade que permitem. Lembro-me que quando começámos, havia outros apoios, mas que eram mais complexos – estes não, era fácil concorrer, sem burocracias e essa era a grande vantagem. Infelizmente, isso foi-se perdendo, mas o espírito de proximidade mantém-se. O PRORURAL + é vocacionado para o desenvolvimento do mundo rural e penso que há provas dadas, na ilha toda, de que isso tem vindo a acontecer”, defendeu o proprietário da Floriazoris.

Ricardo Serrão Santos (PS) e Sofia Ribeiro (PSD), eurodeputados

Aproximar os Açores da Europa

Ricardo Serrão Santos e Sofia Ribeiro estão prestes a terminar os seus mandatos no Parlamento Europeu. Nos últimos cinco anos têm-se dedicado a falar dos Açores na Europa. Nesta entrevista, dão a conhecer essa experiência.

Cumpriu, nos últimos cinco anos, um mandato no Parlamento Europeu. Que balanço faz deste trabalho?

Ricardo Serrão Santos (RSS): Faço um balanço muito positivo que creio ser reconhecido dentro e fora do Parlamento Europeu. Ainda recentemente fui nomeado pela revista "The Parliament Magazine" para eurodeputado do ano na categoria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Encaro esta nomeação como o resultado do trabalho coerente e persistente que tenho vindo a desenvolver na defesa das melhores políticas para a Europa. É, aliás, na busca de convergências entre os interesses dos Açores, de Portugal e da Europa que tenho trabalhado desde a primeira hora. É que quando defendemos a sustentabilidade europeia na agricultura e nas pescas, no turismo e no emprego, defendemos os Açores. Mas também defendemos os Açores quando defendemos a regulamentação dos plásticos e as políticas de combate ao aquecimento global.

Sofia Ribeiro (SR): Este mandato foi

muito exigente e atípico, com desafios como o BREXIT, ataques terroristas e o flagelo dos refugiados. Começámos por enfrentar o fim das quotas leiteiras, anunciado há 10 anos, agravado pelo embargo pela Rússia aos produtos agrícolas europeus, o que requereu maior trabalho na defesa dos agricultores. Estava, também, em causa a continuidade do POSEI, que havia deixado de existir nas pescas como regulamento independente, e não podia acontecer o mesmo na agricultura, pelo que foi muito importante que tenhamos consolidado a ultraperiferia. Tendo em conta este turbilhão de desafios, estou, sem falsas modéstias, muito orgulhosa do trabalho efetuado. Não esqueçamos, ainda, que o nosso país se encontrava em assistência financeira, com uma enorme pressão económica e social. Contribuímos para atenuar os efeitos das crises, evoluindo para melhores modelos de apoio aos cidadãos, desde uma maior proteção dos rendimentos dos agricultores, a um modelo de maior equilíbrio entre as dimensões económica e social no proces-

so de coordenação orçamental da União, tendo contribuído para que a economia possa estar ao serviço dos cidadãos, em que defendemos políticas sociais avaliáveis pela sua eficácia, com especial enfoque no desemprego jovem e no acompanhamento aos idosos e às suas famílias.

Que prioridades assumiu neste mandato?

RSS: Intervim nas áreas da agricultura e desenvolvimento rural, das pescas, da política marítima e da economia azul, do ambiente e do clima, da política de coesão e das políticas para as regiões ultraperiféricas. Ao longo do mandato, fui confrontado com desafios importantes. Destaco o desmantelamento do regime de quotas leiteiras o que, somado ao embargo russo aos produtos láteos, se traduziu na chamada "crise do leite". E as obrigações de desembarque do goraz, pescado abaixo do tamanho mínimo que descontaria na quota que nos é atribuída, o que implicaria um decréscimo do rendimento dos nossos pescadores. Quando,

em 2015, fui relator dos socialistas para o "Relatório do leite", o Comissário Hogan nem queria assumir que havia uma crise do leite. E até aceitou mal que o relatório pedisse medidas para a mitigar. As medidas europeias, das quais os agricultores dos Açores também beneficiaram, foram "arrancadas a ferros". Na altura, sempre disse que a degradação dos preços tinha origem em decisões europeias e que cabia à União Europeia ajudar a ultrapassar o problema. Ainda neste relatório foi possível deixar lá consagrado que o POSEI era um instrumento fundamental para as regiões ultraperiféricas. Nas obrigações de desembarque, o regulamento que nos chegou às mãos trazia a obrigação de desembarque para o goraz. O engenho foi conseguir aprovar o plano com a exceção. Este processo começou uns anos antes, no contexto das obrigações de desembarque de demersais no Golfo de Biscaia. Nesse contexto, ajudei a delegação espanhola fornecendo-lhes elementos novos e convincentes do trabalho feito nos Açores com

a marcação de gorazes. Nessa altura, comuniquei com o Governo Regional dos Açores e disse-lhes: “isto vai acontecer quando chegar o plano multianual para as pescas nos Açores. Antecipem-se nas negociações!” E assim foi, mas o facto é que quando o regulamento chegou ao Parlamento Europeu, a obrigação de desembarque ainda estava prevista e tive de negociar a sua exceção com os diferentes relatores dos grupos políticos para este dossier.

SR: O nosso objetivo foi termos “Mais Açores na Europa”, reforçando a nossa identidade, invocando a nossa centralidade atlântica e potenciando o estatuto da ultraperiferia, que não podia estar limitado ao POSEI, o que exigiu um esforço de defesa de derrogações específicas ao abrigo dos tratados nas mais diversas áreas. A prioridade foi a de defender os açorianos, com elevados níveis de proximidade. Em praticamente todos os fins-de-semana regresssei aos Açores, promovi várias dinâmicas de trabalho em todas as ilhas, com inúmeras deslocações, reuni-

ões sectoriais e fóruns de debate, a prestar contas do meu trabalho e a recolher contributos dos meus concidadãos, de forma a garantir uma representação coletiva e não individualizada.

Estão a decorrer, ainda, as negociações para o próximo período de programação europeia. O que é que pode esperar-se para 2021/2027?

RSS: A expectativa é de redução na Política Agrícola Comum, de aumento da comparticipação regional na política de coesão. Os socialistas têm defendido o aumento do orçamento da União Europeia, achamos que a solução para a crise social e económica que a Europa atravessa passa por mais Europa. António Costa defendeu a criação de um imposto europeu sobre os lucros das multinacionais do mercado digital e o aumento para 1,3% das comparticipações dos Estados-Membros. Estas medidas permitiriam a manutenção do nível de investimento europeu no próximo quadro financeiro.

SR: Apesar de ainda haver uma

grande indefinição sobre o próximo quadro financeiro plurianual, do lado do Parlamento foi criada uma maioria muito significativa para proteger os interesses dos Açores e, de forma mais abrangente, os do país. Após intensas negociações, de que fiz parte por ter a meu cargo o parecer orçamental para o futuro quadro no que respeita à agricultura, conseguimos aprovar uma rejeição dos cortes na política de coesão, um reforço no POSEI, a recusa de cortes na agricultura, bem como da redução do cofinanciamento europeu, quer do desenvolvimento rural, quer do fundo de coesão. Agora, é preciso que os governos, ao nível do Conselho, façam o seu papel.

Diria que a Europa está, hoje, mais próxima das populações? Que papel têm tido os fundos comunitários nesta aproximação?

RSS: Os fundos comunitários têm um papel central, uma vez que são um instrumento de promoção da coesão económica e social. A União Europeia alicerça-se no Estado Social – o bem-estar social é

um desígnio fundacional da Europa. Hoje, vive-se melhor nos Açores também por aquilo que os fundos comunitários têm permitido desenvolver. Creio que, apesar de algumas vicissitudes que resultam, muitas vezes, de mal-entendidos, as populações estão próximas da Europa. O Eurobarómetro 2018 refere, paradoxalmente, que a imagem da União Europeia está em alta entre os europeus, com um valor recorde de 68% de inquiridos a considerar que é benéfico para o seu país pertencer à Europa dos 28. Em Portugal a percentagem é ainda mais elevada: 78%.

SR: A Europa social não se reduz ao providenciar de fundos. A sua mais-valia reside em potenciar um desenvolvimento mais sustentável por trabalharmos num grande bloco mundial. Contudo, e também no que respeita aos fundos, é necessário continuar a investir na divulgação das mais-valias, combatendo que se nacionalizem virtudes que são da responsabilidade da UE e que se acometam a esta responsabilidades que são dos Governos locais.

Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa

Mais segurança e conforto para os idosos

O lar é uma das valências mais importantes da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa. É lá que estão institucionalizados cerca de 60 idosos que, muitas vezes, se encontram em situações de dependência e que precisam de apoio quase 24 horas diárias. Pelo significado desta resposta social, e por entender que as pessoas merecem cuidados adequados e atenção, o organismo candidatou-se ao PRORURAL+, através da GRATER, com o projeto “Banco de ajudas técnicas”.

Tratou-se de um projeto elegível em 36.638,14€, com uma taxa de participação a 100%, enquadrável no objetivo “melhorar a qualidade de vida das populações através de ações que valorizem o espaço onde os habitantes possam usufruir de beneficiações realizadas em prol do seu bem-estar” da intervenção 7.4. Em causa esteve a aquisição de equipamentos e meios necessários para garantir a segurança, o bem-estar e o conforto dos idosos institucionalizados – nomeadamente meios de tratamento, mobilidade, prevenção e diagnóstico –, por forma a promover,

também, um envelhecimento saudável e a minorar, assim, o declínio das capacidades individuais, mentais e físicas.

O “Banco de ajudas técnicas” permitiu, portanto, à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa, intervir na promoção da autonomia nas atividades de vida diárias, na prevenção das quedas e das úlceras de pressão e na promoção da saúde, com o objetivo de obter ganhos em saúde e proporcionar a máxima qualidade de vida. Feitas as contas, o projeto

melhorou a vida diária quer das pessoas institucionalizadas, quer dos cuidadores, minimizou as dificuldades de mobilidade sentidas pelos idosos, aperfeiçoou os cuidados na dependência, permitiu promover a prevenção, o tratamento e o diagnóstico precoce das doenças, e tornou o serviço de saúde mais seguro, inovador e especializado.

A intervenção vai ao encontro da filosofia defendida pela instituição: apoiar quem precisa, da melhor forma possível.

Clínica Dentária da Sé

Investir para cuidar

Os barómetros de saúde oral, produzidos anualmente no país, revelam os desafios com que a medicina dentária ainda se depara: no ano passado, por exemplo, mais de 30% da população portuguesa revelou não ir ao médico dentista ou ir apenas em caso de urgência. É, precisamente, para mudar a tendência destas estatísticas na ilha Terceira, e para melhorar os cuidados prestados, que trabalha a Clínica da Sé, da empresa Bignotto Nunes, Lda. No ano passado, o espaço da Rua do Salinas, em Angra do Heroísmo, foi remodelado e aumentado, por forma a responder à procura a que tem assistido.

Maurício Nunes, um dos sócios da Clínica da Sé – que entretanto se estabeleceu, também, na Praia da Vitória – explica que se tratou de um investimento importante para melhorar a assistência médica no espaço. Em causa, esteve a aquisição, essencialmente, de material de esterilização, de uma bancada

de estomatologia e de outros equipamentos dentários, bem como de equipamento informático – um investimento de 46.328,33€ (dos quais 45.512,04€ foram elegíveis, financiados em 70% pela submedida 19.2 do PRORURAL+), que permitiu não só ter mais um gabinete

aberto, como também contratar mais um funcionário. Aumentar o número de postos de trabalho é um dos objetivos da empresa.

A meta mais importante é, ainda assim, explica Maurício Nunes, prestar cuidados a um maior número de pessoas e é nesse senti-

do que a Clínica da Sé tem vindo a investir. Agora, a empresa está a focar-se, também no exterior. O médico dentista não desvenda os planos, mas garante que o caminho está a ser trilhado: “vamos focar-nos numa área com projeção internacional”.

GRATER coopera com Cabo Verde na área da agricultura

A GRATER participou, em janeiro, no primeiro encontro do projeto “Cultivar & Cooperar”, em Cabo Verde. Trata-se de um projeto de cooperação que une Terceira, Graciosa, Santo Antão e Portugal continental e que, para a associação de desenvolvimento regional, pretende responder a algumas lacunas detetadas no seu território de intervenção (ilhas Graciosa e Terceira). Em causa, estão sobretudo as recentes dificuldades provocadas pelo período de escassez de água nos Açores, que afetaram as sementeiras e que condicionaram, nalgumas zonas do arquipélago, as reservas para abastecimento do efetivo animal.

Ora, no primeiro encontro, em Santo Antão, tratou-se, precisamente, das possibilidades de parceria que podem estabelecer-se entre os organismos dos diferentes territórios. “Cooperar com os Açores é uma vontade de longa data. Este projeto permite o intercâmbio de experiências no âmbito da agricultura familiar, culturas hidropónica, pecuária, produção de vinho, produção de doces e licores bem como a comercialização de produtos locais. O envolvimento dos Açores, pelas suas características insulares e experiência na produção pecuária, entre outras, traz mais-valias a este projeto. Esperamos poder desenvolver unidades piloto que possam

ser demonstrativas de boas práticas que possam ser generalizadas no âmbito da CPLP, incluindo os territórios dos parceiros portugueses, considerando o grande foco que vão ter na gestão eficiente dos recursos locais, ambiente, gestão da água e dos resíduos das explorações”, sustentou o presidente da AGRORIG (Associação de Agricultores Agroindustriais) da Ribeira Grande, Ilha de Santo Antão, António Carente Pires.

“O projeto de cooperação ‘Cultivar & Cooperar’ tem sido uma experiência marcante para a GRATER, uma vez que permitiu o estabelecimento de parcerias entre três regiões (Portugal – Açores – GRATER - Terceira e Graciosa, Cabo Verde- Santo Antão e Portugal Continental-ADIRN), com características distintas em termos climáticos e agrícolas, mas em que o setor agrícola desempenha um papel fundamental em termos económicos”, concluiu Fátima Amorim, vice-presidente do Conselho de Administração da Associação de Desenvolvimento Regional.

Em cima da mesa está o intercâmbio de técnicos entre as três regiões e a aposta em ações de formação e informação voltadas para o setor agrícola. “Esta viagem foi, sem dúvida, marcante pela experiência. Na minha opinião, aquele povo merece ser ajudado e apoiado, principal-

mente numa primeira fase, ao nível técnico. Seria importante deslocar alguns técnicos e veterinários, porque não é suficiente dar-lhes ferramentas – é, sim, necessário que eles as saibam usar. Há, também, a componente comercial que interessa aprofundar. As trocas comerciais poderão ser um estímulo para as duas economias”, afirmou Anselmo Pires, vice-presidente do Conselho de Administração da GRATER enquanto representante da Associação de Jovens Agricultores da Ilha Terceira.

No primeiro evento do projeto “Cultivar & Cooperar”, as comitivas das três regiões visitaram explorações agrícolas e trocaram experiências

e conhecimentos que a GRATER espera que possam vir a nortear as próximas ações de desenvolvimento dos territórios rurais, de preservação do tecido económico ligado à agricultura, de forma ambientalmente sustentável, nomeadamente numa altura em que um dos desafios a enfrentar tem que ver com as alterações climáticas. Neste sentido, aliás, estão previstas ações de formação, nas ilhas Terceira e Graciosa, sobre temas de interesse para o setor agrícola, nomeadamente sobre pastagens e ferragens, viticultura, enologia, agropecuária e gestão de resíduos. Está previsto, ainda, um seminário sobre alterações climáticas.

Federação Minha Terra defende oportunidades de investimento no mundo rural

A presidente da Federação Minha Terra, Maria João Botelho, defendeu, no III Encontro de Investidores da Diáspora, as oportunidades de investimento no âmbito da implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local dos Grupos de Ação Local, através da Medida LEADER dos Programas de Desenvolvimento Rural e do SISE – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego.

Sob o lema “Conhecer para Investir”, a terceira edição do Encontro de Investidores da Diáspora, que teve lugar de 13 a 16 de dezembro, em Penafiel, juntou 60 oradores distribuídos por oito painéis que falaram para um público constituído por investidores e empresários portugueses da diáspora e de empresas por-

tuguesas interessadas na internacionalização dos seus negócios.

As temáticas escolhidas para os diferentes painéis incidiram na importância da valorização das regiões e territórios enquanto polo de atração de investimento e/ou de internacionalização respetivamente com origem e/ou destino nas comunidades portuguesas, assim como no desenvolvimento e execução de políticas e medidas para esse efeito, aos níveis nacional, regional e local, e em estreita interação com os empreendedores e inovadores da diáspora portuguesa em todos os seus formatos, características e geografias.

O objetivo deste encontro era o de facultar aos participantes, num contexto simultanea-

mente institucional e propício ao networking, informação atualizada sobre mecanismos e programas de incentivo e apoio ao investimento em Portugal e à internacionalização de projetos de âmbito local e regional, proporcionando, ao mesmo tempo, uma plataforma de diálogo e partilha de experiências e boas práticas com interlocutores e redes de contacto importantes para os seus negócios.

A organização desta iniciativa da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas era da responsabilidade do Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, com o apoio da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e a colaboração da Câmara Municipal de Penafiel.

Governo Regional realça trabalho positivo do Gabinete de Representação em Bruxelas

O Governo Regional considerou que as competências nucleares do Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas “têm sido plenamente assumidas e com sucesso”.

“Os resultados positivos alcançados, a mobilização eficiente e a boa implementação em Bruxelas aconselham a manter esta estrutura, bem como manter as competências”, refere o Executivo na resposta remetida à Assembleia Legislativa a um requerimento do PSD sobre o Gabinete em Bruxelas, justificando desta forma a prorrogação do mandato da Estrutura de Missão.

O documento sublinha que a atividade daquele gabinete é “consentânea quer com o Programa do Governo, quer com a missão que se encontra estabelecida”, centrando-se na vigilância estratégica, na influência, no contacto, na informação e no apoio logístico, conforme os quatro eixos de ação em que assenta a sua estratégia, e funcionando “quer como um canal de informação, quer como correia

de transmissão da posição do Governo dos Açores junto das instituições comunitárias, sob a articulação e em complemento da ação direta do Governo”.

O Governo Regional destaca ainda o recente protocolo assinado com a Federação Agrícola dos Açores, que passa a ter um técnico em permanência no Gabinete em Bruxelas, que se integra no eixo da representação dos Açores, do seu governo, sociedade e parceiros sociais, eixo este que “tem sido cumprido plenamente”.

Por outro lado, também é salientado o envio de cerca de 650 e-mails ao Governo Regional, o que permitiu informar os membros do Executivo e os seus serviços sobre as questões mais importantes em diversos domínios e “agir atempadamente e com eficácia” em muitos casos, além da divulgação de 55 números da newsletter semanal, que sublinhou mais de 2.000 informações.

Do trabalho desenvolvido pelo Gabinete dos Açores em Bruxelas, o documento enviado pelo Exe-

cutivo elenca a participação em 138 reuniões e eventos, além de “inúmeros contactos diretos ou outros realizados com instituições comunitárias, bem como o apoio logístico ao Governo dos Açores e forças sociais ou políticas em mais de 50 reuniões em Bruxelas, em questões sectoriais, quer junto do Presidente da Comissão, quer em relação a vários Comissários, bem como no Comité das Regiões e em outras associações interregionais e instituições comunitárias”.

O Governo Regional refere que o desenvolvimento da missão do Gabinete em Bruxelas “implica o trabalho e articulação, em diferentes graus, dos diferentes departamentos” do Executivo, com a presença “de forma intermitente” de membros do Governo, elementos dos gabinetes dos secretários regionais e de técnicos da administração pública regional, que se confrontam com questões europeias nos vários departamentos, sob a tutela do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.

“O Gabinete em Bruxelas teve ainda, em 2018, o apoio de dois técnicos superiores estagiários (um mestre em Ciência Política e Relações Internacionais e um licenciado em Direito) e atualmente conta com a presença de um técnico superior estagiário licenciado em Ciência Política”, acrescenta o documento.

A estrutura do Gabinete está registada no Registo de Transparência da União Europeia e no Comité das Regiões “por forma a facilitar a circulação dos elementos do Gabinete dos Açores em Bruxelas, para institucionalizar a sua presença e para a aumentar a sua visibilidade”.

Também o coordenador do Gabinete dos Açores em Bruxelas “está credenciado pelo Conselho da União Europeia como conselheiro de Portugal”, o que lhe permite o acesso a todas as instituições europeias, além dos colaboradores do gabinete serem “sistematicamente e individualmente acreditados” no Parlamento Europeu e no Comité das Regiões.

Artesãos criam juntos em Ponta Delgada

Artesãos dos Açores e um artesão de Cabo Verde reuniram-se em Ponta Delgada, de 14 a 26 de janeiro, para uma residência criativa em cerâmica e fibras vegetais. O encontro pretendeu desenvolver experiências de reforço da interculturalidade, mas sobretudo de criação de novos produtos, com base em recursos naturais, associando a tradição e a inovação e apostando na troca de saberes e de técnicas entre artesãos de dois arquipélagos distintos.

A residência criativa, orientada por Kathi Stertzig e Álbio Nascimento através do The Home Project Design Studio, no âmbito projeto Craft & Art, contou com a participação de duas artesãs da Terceira: Maria Aurélia Rocha, ceramista, e Manuela Medeiros, que trabalha em palhinha. Ambas sublinham a importância da partilha de ideias e do contacto com outros artesãos.

“Foi importante vermos os trabalhos deles. Conversámos muito e isso é fundamental. Nós às vezes estamos muito fechados na nossa vida, não paramos para pensar e aproveitamos estes encontros para partilhar e, até, para termos outras ideias”, afirmou Maria Aurélia Rocha.

Para a ceramista, a residência criativa acabou por significar uma nova linha de trabalho. “Eu

estava a seguir uma linha muito tradicional e acabei por pensar noutras coisas – numa linha bastante simples, mas que para além do barro misture, também, o grés”, referiu a artesã, que aposta, essencialmente, na criação de peças utilitárias.

Manuela Medeiros, que se tem distinguido, sobretudo, pelo empalhamento de mobiliário, prepara-se, igualmente, para o lançamento de novas peças. A residência criativa em Ponta Delgada contribuiu para as novas ideias. “Nós utilizámos técnicas com mais de 100 anos, mas mantivemos a fidelidade ao nosso tipo de artesanato e às coisas que fazemos. Isso deu-me inspiração para criar novos produtos e nas Sanjoaninas já vou apresentá-las”, avançou.

Para a artesã terceirense, o conhecimento de novas realidades – trazidas por criativos de outras paragens – e das possibilidades que se

abrem ao novo artesanato, é entusiasmante, acima de tudo. “Nós temos de ter esta capacidade: criar coisas para chamar o público. No verão, os turistas acham muito engraçado aquilo que faço, por exemplo, com os acessórios de moda, porque nunca viram. Temos de inovar. Agora, estou a preparar peças em cerâmica com palhinha: já falei com uma colega que trabalha em barro e vamos ter coisas novas para a Feira de Artesanato”, garantiu.